

MATERNIDADE E IDENTIDADE FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES INFÉRTEIS/ESTÉREIS FRENTE AOS CONDICIONANTES SOCIAIS

T.S.M.D.S

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar parcialmente os resultados da pesquisa intitulada *Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE*, desenvolvida no âmbito da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2017. Buscou-se discutir a relação da maternidade e maternagem de mulheres na condição de infértil/estéril que buscaram se realizar enquanto mães via adoção com os determinantes sociais referentes ao exercício materno imposto historicamente sobre a figura feminina. Os resultados foram obtidos através do levantamento bibliográfico, documental e da pesquisa de campo, realizada entre janeiro e outubro de 2017. O estudo evidenciou que apesar dos avanços conquistados pela luta libertária feminina, ainda há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a condição do papel de mãe, associado à imprecisão das mulheres quanto à apropriação da significação social de maternagem e maternidade.

Palavras-chave: Maternidade, Maternagem, Infertilidade, Esterilidade, Adoção.

Introdução

O texto ora apresentado é resultado da pesquisa monográfica intitulada *Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE*, desenvolvida no âmbito da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2017. A discussão da temática tem relação com a maternidade e a maternagem de mulheres na condição de infértil/estéril, que buscaram se realizar enquanto mães através do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) durante o ano de 2015 no município de Aracaju/SE.

A motivação para a realização do estudo partiu do contato da autora com as mulheres postulantes à adoção via estágio curricular não obrigatório realizado no Núcleo de Habilitação da Vara da Infância e da Juventude do município de Aracaju/SE. Na aludida instituição, identificou-se que várias mulheres anseiam por maternar um filho mesmo na impossibilidade de gestá-lo. Contudo, há uma significativa parcela destas mulheres que referenciam a maternagem como um ciclo condicionante para sua feminilidade, demonstrando, ser uma prática que visa a atender prioritariamente a uma construção identitária.

Destaca-se que a falseada aplicação dos termos maternagem e maternidade têm contribuído para esta perspectiva, segundo a qual as mulheres permanecem, ao longo dos séculos, submissas ao papel de mãe. Enquanto a maternidade corresponde à capacidade

feminina de reprodução biológica, a maternagem relaciona-se ao âmbito socioafetivo da criação dos filhos (SANTOS, 1998). Entretanto, por determinantes históricos, estes termos foram condicionados para atender interesses específicos do modo de produção vigente.

Observando estes contrapontos, buscou-se na pesquisa responder ao seguinte questionamento: As mulheres que se encontravam na condição de infértil/estéril e que adotaram filhos via CNA no ano de 2015 em Aracaju/SE, priorizaram o exercício da maternagem?

Diante de inquietação frente à problemática apresentada, elencaram-se nesta pesquisa três objetivos específicos, a saber: estudar as interpretações teóricas a respeito de maternidade e maternagem; identificar as compreensões das mulheres que realizaram adoção via CNA no ano de 2015 no município de Aracaju/SE, sobre maternagem e maternidade; e construir o perfil sociocultural destas mulheres.

Decorrente da complexidade do objeto norteou-se o estudo a partir de alguns pressupostos. Julgou-se que do ponto de vista histórico há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres assumir o papel de mãe, uma vez que o filho é concebido como um elemento fundamental na vida de uma mulher adulta para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento.

É nesta perspectiva que o presente trabalho pauta-se, expondo os principais resultados alcançados na referenciada pesquisa que levam a inferir a procedência desta assertiva, uma vez que os dados obtidos evidenciaram que os conceitos de maternagem e maternidade estão associados como condicionantes históricos do ser feminino.

Metodologia

A pesquisa se caracterizou pelo caráter exploratório-descritivo e pela abordagem quali-quantitativa, a qual, de acordo Creswell (2007), implica no uso de métodos mistos que articulam dados qualitativos e quantitativos em um mesmo estudo.

Os sujeitos da pesquisa corresponderam às mulheres inférteis/estéreis que passaram a serem mães via adoção no ano de 2015 em Aracaju/SE. A seleção destas mulheres tem como critério de inclusão a realização da adoção via CNA no município e ano supracitado. A especificidade em comum destas mães corresponde ao universo escolhido para efetivação da pesquisa.

O contato com estas mães ocorreu, a priori, a partir do Núcleo de Habilitação locado na Vara da Infância e Juventude do município de Aracaju. Por ser esta instituição, na cidade, a

responsável por todas as instâncias jurídicas da adoção, dispõe do controle de informações a respeito dos processos sentenciados, isto é, as adoções já deferidas, apresentando, inclusive, a relação de candidatos (homens, mulheres e casais) que manifestaram, em algum momento, interesse na participação de pesquisas sobre o tema, isto porque nas fichas cadastrais há um campo específico a ser preenchido por estes postulantes referente ao desenvolvimento de pesquisas e suas respectivas participações. Nessa lógica, apenas quatro das cinco mulheres preencheram positivamente este campo, e destas, obteve-se contato exitoso apenas com três.

Com vista às premissas apresentadas e buscando a preservação da identidade das colaboradoras, optou-se por atribuir a cada uma, a imagem de uma deusa mitológica grega que, em tese, apresenta características comportamentais semelhantes às das próprias participantes. Desta forma, as entrevistadas foram referenciadas como Atena, Ártemis e Deméter.

Salienta-se a importância e o respeito diante dos trâmites legais aos quais a pesquisa foi submetida. Sabido que as informações a respeito das postulantes são resguardadas pelo sigilo jurídico, o conhecimento sobre estas só ocorreu após a permissão do Juiz da Infância do município referenciado no processo cível 201711600531. Não obstante, a pesquisa foi desenvolvida também com respeito aos aspectos éticos e legais exigidos quando há envolvimento de seres humanos no âmbito das ciências sociais e humanas. De acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a participação destas mães foi acordada a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento definido para coleta de dados foi a entrevista, conduzida por um roteiro semiestruturado de perguntas, aplicadas às mulheres selecionadas. A seleção, codificação, tabulação e interpretação dos dados coletados, ocorreram com base na perspectiva do materialismo histórico dialético, haja vista que:

A teoria do materialismo histórico põe em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica [...]. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 70).

Destaca-se que para além das entrevistas, os resultados da pesquisa foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, este referente ao acervo processual das adoções composto por relatórios psicossociais produzidos por assistentes sociais e psicólogos

no processo de habilitação das adotantes, além dos processos de adoção na íntegra.

Resultados e Discussões

Como narrado em linhas anteriores, a maternagem e a maternidade constituem-se enquanto atividades distintas. Enquanto a primeira parte de uma construção social, a segunda volta-se para o sentido biológico da reprodução. Assim,

[...] a existência do útero não garante o cumprimento das funções maternas, na medida em que, estas implicam tutela, proteção, educação da prole, muito além do parto e da amamentação. Estas últimas parecem formar parte de um saber hereditário, filogenético, enquanto as primeiras corresponderiam a uma aprendizagem cultural. (GIBERTI; CHAVANNEAU; TABORDA, 1997 apud MOTTA, 2015, p. 84).

Uma prática presente desde muito tempo na humanidade, a saber, a adoção, vem contribuindo para desmistificar o equívoco da homogeneização entre maternidade e maternagem. Nas últimas décadas, a adoção tem auferido visibilidade entre casais, e, em particular, entre mulheres com disfunções nos órgãos reprodutores, isto é, a demanda em exercer a maternagem via adoção tem se expandido entre mulheres inférteis/estéreis.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esterilidade e infertilidade têm significações distintas. Enquanto a primeira corresponde à nula capacidade de gerar filhos, a segunda refere-se à diminuição desta capacidade. De acordo com Oliveira (2015, s/p), a infertilidade não é um problema exclusivo da mulher. Aproximadamente 40% das causas estão relacionadas com fatores femininos e 40% com fatores masculinos. Em 20% dos casos, ambos os fatores estão presentes. Contudo, cabe evidenciar que:

Por mais que a infertilidade deva ser considerada como um problema do casal, a mulher parece ser vista como a principal responsável pelos problemas reprodutivos, não só culturalmente, como também dentro da comunidade médica. Por mais que este não seja o procedimento padrão recomendado, os exames para investigar o motivo da infertilidade ainda são indicados primeiramente às mulheres. (LEITE; FROTA, 2014, p. 152).

Observa-se, desta forma, que a responsabilidade de gerar uma criança é primordialmente associada às mulheres, desconsiderando a lógica que para o sucesso da fecundação é necessário o material genético reprodutivo de ambos os sexos, e não somente o feminino. Ignorar esta premissa e atribuir preliminarmente a condição de infertilidade tão somente a mulher, só contribui para que a figura feminina permaneça em posições ainda

estigmatizadas.

Esta realidade pode ser clarificada quando observada as relações interpessoais e maritais das mulheres referenciadas. Retomando uma das hipóteses que originou este estudo, a saber: *o filho é um elemento fundamental, na vida de uma mulher adulta, para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento*; tornou-se necessária a abordagem destas instituições (casamento e família) no contato com as mulheres entrevistadas, uma vez que, todas se encontravam casadas há mais de 18 anos.

Contudo, para relacionar o discurso de Ártemis, Atena e Deméter com as instâncias propostas, faz-se necessário, brevemente, retomar aos conceitos das referidas instituições no intuito de evidenciar que estas são estruturas socialmente construídas a fim de atender interesses específicos de cada época e região na qual se inserem.

O significado popularizado atribuído à família ou casamento, de acordo com Badinter (1985) foi originado durante o século XVIII e não procedeu da aristocracia ou da teoria eclesiástica, mas sim da nova classe ascendente: a burguesia. Assim,

Hoje no Ocidente, entendemos família a partir de laços de consanguinidade, afinidade, corporatividade, sistema de moradia e sistema de atitudes, dentre outros aspectos. O modelo anterior baseado na soberania paterna e tradição cristã foi desafiado a partir do século XVIII, incentivado pelas transformações da burguesia, pela irrupção do feminismo, pela ênfase na maternidade e na infância, e pelo conseqüente declínio da figura paterna [...]. A nuclearização da família avançou, passando a se constituir num espaço privado a serviço dos indivíduos, como se à família moderna coubesse o papel de substituir as antigas relações sociais desaparecidas. (STRAUBE, 2007, p. 58).

As definições a respeito da família também foram e ainda são influenciadas pelo discurso de Rousseau, principalmente após o século XX, quando sua teoria adquiriu ênfase por intermédio da psicanálise freudiana (BADINTER, 1985). Através da mídia, do meio profissional e do discurso de outras instituições, tem-se, na atualidade, a vigência dos preceitos rousseauianos por meio da imposição de um padrão de se construir e viver família. Valendo-se dos escritos de Gomes (1988 apud STRAUBE, 2007), por exemplo, encontramos determinações da composição familiar que remetem à idealização da instituição família sem considerar as razões subjetivas e variáveis que as acompanham, isto porque, para este autor a família corresponde a:

Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro

de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida a partir do modelo pai-mãe-filhos estável. (STRAUBE, 2007, p. 57).

Apesar de Badinter (1985) e Straube (2007) enfatizarem o predomínio dos conceitos rousseauianos, torna-se necessário salientar a influência dos princípios cristãos, haja vista sua predominância na cultura ocidental.

A Teoria do Criacionismo, por exemplo, tem significativa aceitação social. No cristianismo, a criação do mundo, do homem e da mulher é narrada no livro de Gênesis. Entretanto, diversos são os trechos bíblicos que dispõem de narrativas sobre a constituição e função de um núcleo familiar¹. Assim, a título de análise, observa-se o exposto do referido livro: “sede fecundos e prolíficos, enchei a terra e dominai-a [...]” (A BÍBLIA, 1996, p. 03). Infere-se que a doutrina familiar cristã, apesar de se guiar por outra filosofia, não apresenta acentuada oposição à proposta de Rousseau. Nesta lógica, supõe-se que restringir a definição exata de família aos conceitos do referido filósofo ou a citada passagem bíblica, conseqüentemente, não caracterizaria a relação construída entre Atena, Ártemis e Deméter com seus filhos adotivos como a formação de família.

Assim sendo, o conceito de família a ser discutido nesse estudo partiu da definição abordada por Mioto (1997), a qual considera a instituição uma produção social historicamente construída e relacionada com a conjuntura na qual se insere. Desta forma, abordar esta perspectiva descarta os modelos cristalizados. Assim, a família:

É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (MIOTO, 2010, p. 167-168).

Essa visão ultrapassa a naturalização familiar, segundo a qual determinada estrutura (família nuclear)² é entendida como ideal e guia-se, na verdade, pela lógica histórica de haver distintos tipos de família. Portanto, considera-se a pluralidade de núcleos familiares, os quais devem ser entendidos como associações de pessoas que escolhem conviver por motivos afetivos e assume um compromisso de cuidado mútuo. (STRAUBE, 2007).

¹ Marcos 10: 6-9; Gênesis 27:29; I Coríntios 7:3; Salmos 127: 3-5; entre outros.

² Família composta pelo casal, homem e mulher, com seus filhos e/ou filhas e com papéis predefinidos (KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014).

Essas definições quanto à formação da família dispõem de um caráter explicativo voltado para a compreensão das falas de Atena, Ártemis e Deméter quanto à temática. Ao momento da realização das entrevistas, as mesmas mulheres relataram dispor de uma relação harmoniosa para com seus companheiros e demais familiares.

Atena foi sucinta e pontual ao expor sua relação com o cônjuge e sua família. Destacase que Atena era a única dentre as entrevistadas que residia em Aracaju apenas com seu marido e filhos, os demais membros de sua família eram todos domiciliados em outro estado. Salieta-se ainda que Atena não compartilhou da sua condição de infértil/estéril com familiares ou meio social pertencente justificando não sentir necessidade da exposição, uma vez que, até então, encontrar-se grávida não era uma prioridade em sua vida. Contudo, revelou que seu esposo sempre soube e foi compreensível com a situação.

Diferentemente de Atena, Ártemis e Deméter evidenciaram a condição de infértil/estéril bem como as escolhas referentes à maternagem para todos seus familiares e amigos próximos, e passaram a receber destes as mais diversas reações.

Ártemis relatou priorizar a cumplicidade e o respeito na sua relação conjugal, e por isso não omitiu suas aspirações sobre a maternagem tampouco sobre sua condição de infértil/estéril ao seu companheiro e demais familiares, inclusive aos amigos íntimos. A entrevistada afirmou que seu esposo sempre foi compreensível quanto aos seus posicionamentos face à maternagem. Entretanto, Ártemis relatou que os discursos reproduzidos no seu meio social a respeito de suas aspirações, divergiam.

[...] e aí, eu acho que nunca tive vontade de engravidar pelo trabalho. Eu não queria, na verdade, parar de trabalhar, eu achava que a gravidez exigiria isso de mim, entendeu? E por uma questão de comodismo mesmo. Teve uma amiga minha que disse assim: você é muito egoísta! Eu disse: ah, e daí? Todo mundo tem alguma parte de egoísmo, então eu não querer ter aquele desejo de gerar, eu acho bobagem. Cada um é de um jeito, eu nunca encuquei com isso [...]. (ÁRTEMIS).

Ressalta-se que a observação da amiga de Ártemis remete aos pressupostos de Rousseau reafirmados por Freud quanto à definição da natureza feminina, uma vez que, para estes, de acordo com Badinter (1985), a definição da natureza feminina implica todas as características de uma boa mãe assim. Assim: “[...] enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob a pena de condenação moral”. (BADINTER, 1985, p. 237).

As manifestações de repreensão sobre os posicionamentos de Ártemis se intensificaram com o matrimônio. Quando questionada, por exemplo, se *já sofreu*

recriminação por não querer gestar uma criança, a entrevistada relatou:

Depois que eu casei, sim. Depois que eu casei todo mundo sempre me olhou com olhos estranhos, né? Porque eu falava que não tinha o sonho de botar um bebê aqui no meu peito. Eu sei que é o sonho de muitas mulheres, elas sonham, ficam ali com o bebê, é o sonho *delas amamentar*. Gente, se isso nunca foi meu sonho, e daí? Não me considero diferente por isso, não. (ÁRTEMIS).

Os questionamentos sobre suas aspirações se acentuavam no contexto intrafamiliar:

Eu nunca me senti rejeitada, só que, por exemplo, todas as mulheres da família gestaram, todas, todas. Eu era a única, esses anos todos, que não tinha e nunca senti falta por não ter. Então eu ia para todos os lugares, festas, encontros, e não me sentia estranha, todo mundo olhava para mim normal, e só sempre a mesma pergunta: tem vontade não, Ártemis? Eu dizia: não. Nunca fui rejeitada por isso. Minha sogra falava: é estranho né, você não ter filhos nem querer? Eu respondia: pois é, mas eu sou assim, e seu filho não está nem aí! (ÁRTEMIS).

Ao ser indagada quanto à pergunta proposta no roteiro: *você já se sentiu inferior a outras mulheres por ser estéril/infértil?* Ártemis respondeu elucidando um episódio marcante para si:

Inferior não seria bem a palavra. Diferente, inferior, não! Mas eu era diferente. Não me senti inferior porque, como eu disse, não era uma aspiração minha. Eu tenho uma amiga que teve duas meninas, aí quando ela engravidou da primeira, beleza! Quando ela engravidou da segunda, ela não queria me dizer. Aí um dia, a gente conversando, aí eu: pera aí, você está grávida? Ela toda sem graça disse: é, parece que estou de novo. Nossa, eu fiz uma festa, fiquei toda feliz, ela olhou bem para mim e disse: você está feliz mesmo? Eu respondi: estou, por que? Você não está? Ela respondeu: nossa, você não sabe o receio que eu estava de contar para você. Eu disse: por que? Ela disse: ah, Ártemis, eu achei que você ia ficar um pouco triste. Sei lá, acho que você também tem desejo e engravidar. Eu respondi: querida, isso nunca foi meu sonho de consumo! Isso nunca foi meu grande sonho, se eu engravidar, é porque foi Deus quem quis, exatamente vontade dele. Mas não é o meu sonho. [...] eu vivi uma história, para você ver como as pessoas pensam que a gente é, e a gente não é. Eu não era, eu não era encanada, essa é a palavra. (ÁRTEMIS).

Observou-se que as indagações dirigidas a Ártemis por seus familiares e amigos íntimos não se relacionavam, diretamente, com a condição de infertilidade/esterilidade da entrevistada, uma vez que, até então, esses a desconheciam. Nota-se que, na verdade, os questionamentos eram voltados às próprias decisões de Ártemis como mulher e possível sujeito histórico livre, tornando manifesto assim:

[...] um olhar sobre a mulher, congelado na maternagem, no zelo, no cuidado. [...] um olhar limitado, limitante, carregado de ideologias, de preconceitos. Um olhar que

preso a um passado onde mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não considera a autonomia, a inteligência e a competência como inerentes à existência feminina. (MOREIRA, 2012, p. 3224).

Os episódios que envolveram Ártemis também puderam ser vivenciados por Deméter, entretanto, cabe destacar alguns contrastes. Se para Ártemis a vivência do estigma social (GOFFMAN, 2004) foi ocasionada em resposta às suas pretensões para com a maternidade, Deméter, por sua vez, foi estigmatizada em razão da própria condição de infertilidade/esterilidade, ou seja, enquanto a primeira vivenciou um processo de repreensão social por sua opção, a segunda deparou-se com uma recriminação oriunda de familiares por uma condição biológica, isto é, por algo que se encontrava para além de suas aspirações, vivenciando assim: “uma dinâmica vinda de fora baseada em preconceções formuladas rigorosamente, que constituem as bases da normatividade social e que o inscreve nos impasses da estigmatização social”. (STRAUBE, 2007, p. 03).

Torna-se válido destacar que de todas as entrevistas realizadas para construção do estudo, a participação do companheiro só ocorreu no caso de Deméter. De forma voluntária e inesperada, o cônjuge da entrevistada tomou a fala para si e espontaneamente narrou momentos instáveis de sua vida, junto à companheira, em virtude da condição de infertilidade/esterilidade da mesma. O companheiro de Deméter afirmou que as relações familiares sempre foram fragilizadas em razão do casal não dispor de filhos, uma vez que seus familiares eram incompreensíveis quanto à condição de infértil/estéril da entrevistada, e por diversas vezes a julgaram ser inadequada para o convívio marital com seu esposo.

Mas algumas pessoas da minha família ficaram contra o relacionamento. Diziam que eu ia trabalhar para formiga, aquelas coisas e tal. Eu enfrentei todo mundo. Eu disse: está nas mãos de Deus. Eu enfrentei todo mundo a favor dela, eu não queria ver ela triste [...]. Tinha uma festa de família, aí a gente chegava sem filhos, aí tinham muitos problemas. A gente sempre fugiu. Eu achava que não era para eu enfrentar essa batalha. A minha família vem de uma tradição de geração de muitos filhos, e eu ali no meio sem ter nenhum, está entendendo agora? Então eu tive que enfrentar essa barreira em prol dela e em prol da minha mãe que apoiou. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

O relato evidencia uma série de preceitos abordados neste trabalho que reafirmam a importância da discussão da temática tanto em nível de academia quanto em outros tantos espaços da sociedade civil.

Eu me sentia excluído porque eu tinha que enfrentar a *barreira* dela, porque as pessoas vêm de tradição, de ter seis filhos e acha que temos que ter a marca e não sei

o quê. Então tinha gente que tinha seis filhos e eu não tinha nenhum que eu chegava e me sentia excluído nesse local. Foi muito difícil, eu não vou negar. Às vezes eu me esbarrava no copo de cachaça, passei muita dificuldade, mas sempre tive uma coisa comigo, eu nunca fui de traição, de dizer: eu vou fazer um filho fora porque minha mulher não pode ter, vou fazer um lá e trazer para dentro de casa. Isso nunca passou pela minha cabeça! [...] você está num certo local, aconteceu comigo uma vez, eu tive que levantar e sair triste pela pessoa dizer: que nada rapaz, sai daqui. Hoje em dia eu estou muito feliz porque eu não tinha a visão que tenho hoje, eu não pensava em crescer, eu não pensava em ter uma casa, porque tinha esse problema de filho. Quando chegava dia dos pais, dia das mães. Quando chegava dia dos pais eu não *ia na igreja*, eu ficava envergonhado com aquilo [...]. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

Neste sentido, observam-se as projeções voltadas sobre as mulheres e seus corpos como se estes devessem atender, obrigatoriamente, as demandas socialmente produzidas. A condição de infertilidade/esterilidade parece ser vista pelo viés da cura, onde o corpo feminino, neste caso, necessita de ajustes para adequar-se à realidade programada. Nesta perspectiva,

Essa ideia do corpo máquina parece indicar uma nova dicotomia dos tempos modernos [...]. O corpo que não atende prontamente ao desejo de ter um filho é estranhado, tomado como um outro. Se o "corpo fêmeo" não atende à procriação, então, a máquina de fazer bebês precisa de reparo. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 184).

Chama-se atenção à razão na qual, por diversos momentos³, o cônjuge de Deméter fizera uso das palavras barreira, problema e batalha para se referir à condição de infertilidade/esterilidade de Deméter. Infere-se que nomear estas expressões para se referir à condição de infértil/estéril da mulher, mesmo que de maneira involuntária, atribui um sentido pejorativo à citada condição. (MOREIRA, 2006).

Ao estudarem estes aspectos, Trindade e Enumo (2002) propuseram uma análise comparativa sobre a referenciação da infertilidade/esterilidade masculina e feminina e não identificaram, por exemplo, metáforas depreciativas como as utilizadas para referenciar as mulheres, as quais sempre estão ancoradas na associação simbólica da mulher-natureza, como: “tronco-oco”, “árvore sem frutos”, “árvore seca”, “terra árida”, entre outras que tão popularmente “[...] *comprovam a permanência do estigma da infertilidade feminina no pensamento social.*” (Ibid., p. 175, grifo próprio).

Nota-se até aqui os distintos processos vivenciados por Ártemis, Atena e Deméter em seus núcleos familiares respectivos. Entretanto, comprova-se que para a maioria das

³ Apesar dos fatos evidenciados não serem apontados na fala da própria Deméter, torna-se importante destacar que durante toda abordagem de seu esposo, a mesma demonstrara um semblante afirmativo e corroborara com expressões, tais como: “*exatamente, isso mesmo, era dessa forma, etc.*”.

entrevistas a hipótese levantada na pesquisa, na qual *do ponto de vista histórico, existe uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a assunção do papel de mãe*, foi admitida em algum momento de suas vidas. Com exceção de Atena, as demais colaboradoras relataram aspectos trazidos por seus familiares que ratificam o pensamento de Motta (2015, p. 81), do qual compartilho: “a ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade ‘natural’ de amar os filhos e deles cuidar, sem restrições”.

Conclusões

Este trabalho visou contribuir para desmistificação da intrínseca relação entre maternidade, maternagem e identidade feminina. O discurso atualmente aceito sobre naturalização e/ou interligação destes conceitos, não tem ponderado o fato de que não necessariamente eles estão condicionados entre si, uma vez que, as mulheres vêm sendo socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo às mesmas a carga primordial da função, considerando que se somente estas podem gestar, também são elas as pessoas mais apropriadas para criar os filhos.

Observou-se que o diagnóstico de infertilidade/esterilidade gera reações conflitantes entre as mulheres e desperta, em muitos casos, noções de inferioridade sobre si ao perceberem que a realização da maternidade não está em seu poder, levando-as a sentirem-se socialmente impotente pelo fato de não dispor de condições biológicas de reprodução.

Torna-se necessário pôr em evidência a condição das mulheres enquanto possíveis sujeitos históricos livres possuintes de seus destinos, posto que, como destaca Badinter (1985), não existem só dois modos de viver a maternagem, mas uma infinidade, o que impede, com precisão, apontar-se para um instinto baseado no determinismo biológico.

Neste sentido, desconstruir o equívoco do amor materno diante de uma sociedade ainda demarcada por heranças patriarcais e moralistas, é uma incumbência coletiva e não somente uma prática da luta libertária feminina. Afinal, restringir esta função a uma única parcela populacional, só favorece a expansão do preconceito e da desigualdade de gênero.

Referências

A BÍBLIA. Gênesis. In: **BÍBLIA SAGRADA**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000, p. 03-40.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2004. Disponível: <1988<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina: Ed. Uel Cortez, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./abr. 2010.

MIRANDA, Fernanda Eleonora; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A infertilidade feminina na pós-modernidade: entre o narcisismo e a tradição. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 39, p. 183-189, abr., 2006.

MOREIRA, Rita de Cassia Costa. Mulheres, Educação e Maternagem. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 09, 2012, Universidade Federal da Paraíba. Anais... João Pessoa, 2012, p. 3220-3231. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, L. Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XIX, n. 57, ano XIX, p. 83-109. São Paulo: Cortez, julho, 1998.

STRAUBE, Katia Maria. **Da família pensada à família vivida: estigma, infertilidade e as tecnologias conceptivas**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2007.